



# Anais da Assembléia

N.º 70 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 1985 ANO XI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 1985

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Aníbal Khury e José Antônio Fonseca.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso. Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gemote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens: 132/85 Prop. 120/85 Curitiba, 30 de julho de 1985. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 05 de julho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa de Mobilização Energética - PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros:

MUNICÍPIO	N. DO CONVENIO
Almirante Tamandaré	19/85
Araucária	20/85

Balsa Nova	21/85
Bocaiúva do Sul	22/85
Campina Grande do Sul	23/85
Campo Largo	24/85
Colombo	25/85
Contenda	26/85
Mandirituba	27/85
Piraquara	28/85
Quatro Barras	29/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM

N. 133/85 Prop. 121/85 Curitiba, 30 de julho de 1985. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Revigoreamento datados de 05 de julho de 1985, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC:

Município	N. do Termo	N., data, Conv. revigorado
Quatro Barras	01/84	15/84 - 05/04/84
Colombo	02/85	03/85 - 30/03/84
Camp. Grande do Sul	03/85	06/83 - 30/03/84
Contenda	04/85	09/83 - 30/03/84
Quatro Barras	05/85	11/83 - 30/03/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM

N. 134/85 Prop. 122/85 Curitiba, 30 de julho de 1985. Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos datados de 05 de julho de 1985, a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, na execução de obras

dos Municípios signatários:

Município	N. do Aditivo	Data do Conv. Aditado
RIO-BRANCO DO SUL	04/85	10/08/84
CAMPINA GRANDE DO SUL	05/85	01/08/84
QUATRO BARRAS	06/85	01/08/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 135/85

Curitiba, 31 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Através deste expediente venho à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a Mensagem n. 111/85, com o respectivo anteprojeto de lei, seja restituída a este Poder Legislativo, para reexame da matéria.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 137/85

Curitiba, 31 de julho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo Segundo, datado de 03 de julho de 1985, ao Convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e a CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A, com a interveniência do Município de Curitiba, objetivando o desenvolvimento do "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os ns. DTL/64, 65, 66 e 67/85, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei ns. 21, 36 e 20/85, 295/84, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.125, 8.126, 8.127 e 8.128, respectivamente. - Anote-se. Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, com inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento da Sra. ALICE MARCOLINO CIONI, e de sua irmã, Senhora MAFALDA MARCOLINO RAVAZZI, falecimentos estes ocorridos em lamentável acidente automobilístico, no dia 02 de agosto de 1985.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, dirigindo-se para: Senhor João Cioni Neto, Rua Cândido Xavier, 755, apt. 13 - 80.000 - Curitiba - Pr.

A outra correspondência deverá ser dirigida ao Dr. Aparecido Ravazzi - Rua Ministro O. Salazar, 4981 - 87.500 - Umuarama - Pr.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Alice Marcolino Cioni era esposa do ex-Prefeito Municipal de Umuarama (Gestões 70/73 e 77/79), Sr. João Cioni Neto.

Mãe extremosa de oito filhos, entre os quais o Sr. José Lúcio Cioni, Suplente de Deputado Federal e atualmente, Assessor da Casa Civil do Palácio Iguaçu.

A Sra. Alice foi vitimada em acidente automobilístico, no qual, também, perdeu a vida sua irmã, Mafalda Marcoloni Ravazzi. O fatídico acidente ocorreu na Rodovia Régis Bittencourt, Curitiba - São Paulo, km. 346, no último dia 02 de agosto de 1985.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ANITA GAERTNER, viúva do saudoso Prefeito e ex-Deputado Erasto Gaertner.

Requer mais, seja dado conhecimento deste aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Dona Anita Gaertner era presidente benemérita da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, mantenedora do Hospital Erasto Gaertner e, como tal, instituição dedicada a pesquisas e tratamento dessa terrível moléstia.

Esposa do ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito, Erasto Gaertner, Dona Anita acompanhou esse notável homem público paranaense durante sua profícua existência de médico voltado para a Ciência e as causas sociais e de político digno que ilustrou o Paraná.

Após o prematuro falecimento do Dr. Erasto Gaertner, em 1953, dona Anita continuou sua obra pioneira à frente da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, conseguindo fazer inaugurar após ingentes esforços, o complexo hospitalar situado às margens da Rodovia BR-116, em Curitiba, que muito justamente leva o nome de seu dedicado marido. Hoje, o Hospital Erasto Gaertner representa a mais expressiva contribuição do Paraná na pesquisa e tratamento das moléstias decorrentes do câncer.

Por todos os elementos acima expostos, justifica-se à plenitude a inscrição, em ata, do voto de pesar pelo desaparecimento dessa ilustre dama, que simboliza a força realizadora e

o bem-fazer da mulher paranaense.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento, em lamentável acidente automobilístico, do Dr. DÉCIO DOSSI e seus filhos LUCIANA ELISA, DÉCIO AUGUSTO, FABRÍCIA MARIA, MARIA CAROLINA e MÁRCIO HENRIQUE, ocorrido no dia 25 de julho, na Rodovia BR-116, trecho São Paulo - Curitiba.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

O Dr. Décio Dossi deixa o nosso convívio aos 43 anos de idade. Era médico do Hospital Bom Jesus de Mandirituba, há mais de 15 anos. Pessoa bastante querida, deixa uma dolorosa lacuna não apenas para seus familiares, como para aqueles que com ele tiveram a ventura de conviver e por isso mesmo, associamo-nos aos seus sentimentos nesta hora de luto e de pranto.

Solicitamos, outrossim, que do presente requerimento, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Desembargador Antônio de Pádua, 4080 - Xaxim - Curitiba - PR.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão, de voto de congratulações pelo transcurso do 24.º aniversário de Emancipação Política do Município de Kaloré, em 06 de agosto de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Noel Pedro Ribeiro, DD. Prefeito Municipal de Kaloré, bem como ao Sr. Vereador José de Souza, MD. Presidente da Câmara Municipal de Kaloré.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado ofício ao Ministro da Educação, para que seja implantada em Paranaguá, o Curso de Engenharia de Pesca, pleiteado pelo IV Congresso de Engenharia de Pesca, realizado em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

### JUSTIFICATIVA:

Durante o IV Congresso Nacional de Engenharia de Pesca, realizado em Curitiba, foi aprovada moção para que seja implantado um Curso de Engenharia de Pesca, no Sul do País.

A preocupação dos participantes daquele encontro é que somente existem dois cursos do gênero no País, ambos localizados no Nordeste.

Além de uma série de outros fatores, o precário estágio do desenvolvimento da pesca pode se creditar à falta de tecnologia adequada. As potencialidades, principalmente com a vasta extensão do litoral brasileiro, não podem continuar a ser exploradas da forma como o são hoje. É preciso aproveitar esse potencial de riquezas que tem o País, somado ainda aos rios e ao

grande número de lagos artificiais, principalmente no Paraná, em consequência da construção de hidrelétricas.

O Sul do País tem carência de engenheiros de pesca e o pequeno número que atua na região, evidentemente é originário de Pernambuco ou do Ceará. Um curso desses, certamente daria impulso à piscicultura nos Estados sulinos.

Ao se congratular com os engenheiros de pesca, reunidos em Curitiba, na semana passada, pela iniciativa de pleitear o curso para o Sul, fazemos, ao mesmo tempo, um apelo ao Ministro da Educação, para que o mesmo seja implantado em Paranaguá.

As razões dessa reivindicação são inúmeras. Primeiramente já temos um projeto de implantação da Universidade do Litoral e o curso de Engenharia de Pesca viria a completar aquela instituição que a população litorânea está pleiteando. Também em Paranaguá, já está localizado o Centro de Biologia Marinha da Universidade Federal do Paraná que por si já se constituiu num embrião e na infra-estrutura para a implantação do curso de Engenharia de Pesca.

Mas o fator preponderante, é a potencialidade da costa paranaense, notadamente das baías ali localizadas. Segundo constatou uma instituição da ONU, o conjunto das Baías de Paranaguá se constitui na quinta maior potencialidade pesqueira do mundo. Há de se considerar, também, que além de ser uma das maiores baías do País, ela está isenta de poluição em sua maior parte, o que possibilita o desenvolvimento permanente da piscicultura. Ainda temos que levar em conta que a Secretaria Especial do Meio-Ambiente do Ministério do Interior, está implantando a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, para a preservação dos manguezais e o seu estudo. Também grande parte da região limítrofe, entre o Paraná e São Paulo, está sendo preservada através de medidas já em execução.

Paranaguá, com suas baías, já se constitui num viveiro natural de espécies marinhas, o que tem despertado a cobiça de barcos pesqueiros de outros Estados.

Com as áreas de preservação que estão sendo implantadas, temos um potencial inesgotável do desenvolvimento da pesca na região. Portanto, e o lugar ideal para a implantação do curso de Engenharia de Pesca, pois a Universidade não visa apenas a formação de profissionais, mas também a pesquisa. E, além de formar engenheiros para atuar na própria região, os estudantes teriam local para o seu aprendizado, num dos mais ricos mananciais de pesca do mundo.

Paranaguá, ao longo da história, muito contribuiu para o desenvolvimento do Estado. É hora de somar esforços para que tal reivindicação seja concretizada em benefício não só de Paranaguá, mas também do Paraná. Por isso, esperamos o apoio dos Deputados desta Casa.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos realizados na sessão de hoje, voto de congratulações à Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão, pela comemoração, ocorrida no último dia primeiro, dos seus 27 anos de fundação, com consequente encaminhamento ao Ilustríssimo Sr. Diretor Geral daquela emissora, Dr. Pedro Teixeira.

Desde quando foi fundada, no dia 01 de agosto de 1958, a Rádio Difusora Colméia surgia no bojo de um ideal que tinha já, como meta, o bem-servir a toda a comunidade. Não há a menor dúvida, trata-se de uma data histórica de Campo Mourão

e região das mais importantes, tendo em vista que foi a primeira emissora a se instalar naquela região.

Ao longo dos seus 27 anos, a Rádio Difusora Colméia foi sempre presença marcante no seio de sua gente, relatando seus feitos.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de solicitar o envio e justo registro nos Anais deste Poder, face aos 27 anos de existência da Rádio Difusora Colméia, cuja importância para toda a Campo Mourão e região, é fator incontestável, representando, seguramente, não apenas e tão somente a importância para os meios de comunicação de um modo geral, mas também para o desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo, REQUER, após consultado o Plenário, seja inscrito nos Anais da sessão de hoje, um voto de aplauso e reconhecimento ao extraordinário ciclista paranaense, Paulo Jamur, que conquistou no Campeonato Brasileiro de Ciclismo, que acaba de ser realizado em São Paulo, duas medalhas de ouro e uma de prata, sagrando-se tetracampeão brasileiro contra o relógio, na condição de integrante da seleção paranaense.

Paulo Jamur, filho do jornalista Jamur Júnior, da Televisão Iguaçu, é hoje atleta que orgulha a todos nós, marcando sua vida por brilhantes vitórias, conquistadas como fruto de sua profunda dedicação e aguerrido treinamento.

É um dos mais perfeitos atletas em sua categoria em todo o mundo, e que haverá, ainda, de dar outras glórias ao Paraná.

Requeiro, outrossim, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais desta Assembleia Legislativa, de um voto de louvor ao Sr. Érico Ricardo Marcon, ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, por sua fecunda e vitoriosa atuação em prol da eletrificação rural naquele município, assim contribuindo para o desenvolvimento regional e o aumento da produção agrícola do Paraná.

Requer ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente, ao Excelentíssimo Sr. Érico Ricardo Marcon, residente à Rua Presidente Bernardes, 2693, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Cascavel ocupa hoje a invejável posição de maior produtor de grãos do Estado. Isto se deve ao perseverante trabalho de sua gente e à luta contínua e patriótica de suas legítimas lideranças em busca de melhores e eficazes instrumentos de produtividade agrícola.

A eletrificação rural foi sempre a preocupação prioritária do ex-Vereador Érico Ricardo Marcon, desde os seus primeiros dias de mandato, em 1977. Compreendia ele ser imprescindível ao progresso e ao bem-estar social levando a todos os recantos do município os benefícios da energia elétrica. Graças

a ele, surgiram as primeiras cooperativas de eletrificação rural, congregando pequenos e médios proprietários agrícolas mobilizados num autêntico mutirão do desenvolvimento. Foi um trabalho árduo e custoso que redundou na transformação da fisionomia do campo do oeste paranaense. Hoje, quando a ação do Estado chega, já encontra os resultados da atividade de Érico Ricardo Marcon.

Cascavel e o Paraná muito lhe devem. Nada mais justo do que esta modesta homenagem através do nosso reconhecimento ao seu abnegado esforço para que se lhe apresente as novas gerações como digno exemplo a ser seguido. Este é o intuito do nosso requerimento, que temos certeza, merecerá aprovação unânime de nossos ilustres Pares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, apoiando as medidas saneadoras que tem adotado no Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café e EMBRATUR, com o objetivo de acabar com as mordomias e a corrupção e apurando também todos os tipos de irregularidades nestes órgãos.

Acreditamos nessas medidas e que elas sirvam de exemplo na administração pública da Nova República.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Ilustre Sr. Dr. Camilo Calazans, Diretor Presidente do Banco do Brasil S/A, o mais veemente aplo no sentido de que seja entregue à Prefeitura Municipal de Guaíra - PR, o imóvel de sua propriedade (conf. matrícula n. 4581, do Registro de Imóveis de Guaíra), sito à Rua Cel. Otávio Tosta da Silva, 126, atualmente ocupado pelo Banco do Brasil.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura de Guaíra, agora com seu novo administrador, sente-se prejudicada pelo Banco do Brasil, uma vez que necessita aumentar sua receita e diminuir gastos com o seu patrimônio, é inconcebível a atitude do nosso pujante Banco do Brasil, instalado no citado imóvel há anos, usando-o de forma lesiva ao interesse público municipal.

Assim sendo, reconhecendo a importância do papel do Banco do Brasil, que tanto tem contribuído com a sociedade paranaense, sobretudo na política do crédito agrícola, é que enviamos o apelo à direção do Banco do Brasil, para que se sensibilize do problema, e temos certeza, contaremos com o apoio de nossos ilustres Pares, que compõem esta augusta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições estatutárias, REQUER, após ouvido soberano Plenário, seja enviado à Secretaria da Educação, a sugestão apresen-

tada pelo Diretório do PMDB de Amaporã, para a regulamentação da Eleição para os Diretores dos Estabelecimentos de Ensino do Estado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma sugestão louvável, pois demonstra o desejo do povo de Amaporã em participar da administração de nosso Estado.

Esta sugestão, mesmo que não seja acatada pela Secretaria da Educação, é das mais justas, pois democraticamente estende a todos os professores lotados no Estabelecimento de Ensino, o direito de poder concorrer à eleição para sua direção. Além do que, vale a pena ressaltar, seja antidemocrático, especificarmos qual a categoria de professores que poderá concorrer para a eleição de sua direção, o que seria contrário até mesmo aos princípios pregados pelo Governo atual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de mensagens contendo votos de pesares aos Srs. João Cioni Neto, ex-Deputado e ex-Prefeito da cidade de Umuarama, e ao ex-Deputado Federal Lúcio Cioni, pelo trágico passamento da Sra. ALICE MARCOLINO CIONI, ocorrido no último dia 02, do corrente mês, na cidade de Miracatu - SP, mais precisamente na BR-116.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Sra. Alice Marcolino Cioni, falecida tragicamente em acidente automobilístico na BR-116, no Município de Miracatu, Estado de São Paulo, era esposa do ex-Deputado e ex-Prefeito de Umuarama, João Cioni Neto, e mãe do ex-Deputado Federal Lúcio Cioni. Na ocasião do acidente, encontra-se também no veículo sinistrado sua irmã, Mafalda Marcolino Ravazzi, e o motorista João Carlos Meirelles, que também vieram a falecer, além de sua sobrinha, a menor Alini Franton Cioni, que se encontra hospitalizada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Srs. Deputados Federais e Senadores do PMDB pelo Paraná, solicitando gestões junto à Diretoria da SUNAB e CTRIN, no sentido de agilizar o remanejamento dos segundo e terceiro escalões desses órgãos federais a nível de Paraná.

Essa é uma reivindicação do Vereador Orides Angeli, que justifica dizendo que a chefia dos referidos órgãos está há mais de vinte anos entregue aos mesmos homens e que o Governo da Nova República se propôs a fazer uma renovação, com experiências e idéias novas.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-

rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, encarecendo a elaboração de um projeto de drenagem no Distrito Administrativo de Malu, pertencente à municipalidade de Terra Boa.

Elo Garcia Segura, Prefeito Municipal de Terra Boa, conforme correspondência encaminhada, assinala a real importância de se elaborar e executar um projeto de drenagem em Malu, tendo em vista o seu alto grau de desenvolvimento, que está a exigir medidas administrativas à altura do seu progresso.

Neste sentido, a Prefeitura daquele município está solicitando daquela Secretaria de Estado do Interior, a elaboração do referido projeto.

Ademais, face à ausência de recursos, aguarda-se a liberação de verbas que possam, efetivamente, garantir a execução do programa de obras a ser posto em prática.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o sobe-rano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Delegacia de Polícia, localizada na municipalidade de Mamborê.

A ausência de um telefone no organismo policial existente em Mamborê, já existia há muito tempo atrás. Entretanto, a fim de possibilitar maior tranquilidade ao conjunto da população, a Prefeitura Municipal daquela cidade resolveu ceder uma linha, até que o problema pudesse ser resolvido definitivamente.

Decorrido muito tempo, a Administração Municipal de Mamborê, conforme informa o Ilustríssimo Sr. Prefeito Ivo Brunetta, está necessitando do aparelho, ante a necessidade do referido numa de suas divisões do organograma.

Diante da exposição de motivos, não pode a Delegacia de Polícia ficar sem um aparelho de telefone. Já que isto implicaria em sérios transtornos a quem quiser recolher aos seus serviços.

Neste sentido, aguarda-se daquela Secretaria de Estado da Segurança Pública, o imediato atendimento do que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscrive o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Srs. Walber Guimarães e Renato Bernardi, Deputados Federais, no sentido de solicitar gestões junto ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para que seja instalada a Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, em Maringá.

Essa é uma reivindicação do Vereador João Batista Sanche, que justifica dizendo que já foi comunicado àquele Ministro que a Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Maringá, completou três anos consecutivos com mais de 1.500 ações, o que, por lei federal, assegura o direito para o funcionamento de uma segunda Junta.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a destinação de recursos orçamentários para a construção de um posto de saúde na localidade de Pensamento, pertencente à Municipalidade de Mamborê.

A população que reside na localidade de Pensamento, está desprovida de um atendimento médico. Tal situação, nos dias de hoje, tem-se tornado até mesmo insuportável, uma vez que seus habitantes quando necessitam de recorrer a qualquer tipo de auxílio médico, são obrigados a se dirigirem a Mamborê.

Reconhecendo a verdadeira necessidade de dotar, o mais urgente possível aquela localidade de uma estrutura de atendimento, a Administração Municipal de Mamborê, conforme informa através de ofício encaminhado a este Deputado, pretende dar início à construção de um posto de saúde em Pensamento. Para tanto, a Prefeitura necessitará de recursos financeiros que assegurem a sua construção, onde a participação dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social é por demais necessária.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. ARY VELOZO QUEIROZ, DD. Diretor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia - no sentido de que Sua Excelência se digne mandar determinar estudos, junto a Divisão de Estudos e Projetos, a fim de incluir no programa especial, ligações de energia elétrica nas Igrejas e capelas da Paróquia São Bom Jesus, do Município de Quitandinha, conforme relação anexa.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) DONATO GULIN.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que se implante no Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, de Maringá, o Curso Técnico de Contabilidade.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

## JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Branca da Mota Fernandes", de Maringá, é um dos estabelecimentos estaduais de ensino mais bem conceituados na cidade. Graças ao trabalho da direção, do pessoal de apoio administrativo, dos professores e da Associação de Pais e Mestres, o Branca da Mota conta atualmente com quase três mil alunos matriculados, desde a 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau até a última série do 2.<sup>o</sup> grau.

Localizado numa região populosa de Maringá, na Vila Morangueirinha, atende ainda a clientela estudantil de parte do Jardim Alvorada, de todo o Jardim Liberdade, do Jardim In-

ternote, dos Conjuntos Habitacionais Branca de Jesus Vieira e Carina, além de muitos alunos vindos de Sarandi, Município vizinho a Maringá.

A Associação de Pais e Mestres Branca da Mota Fernandes e demais membros da comunidade estudantil do Colégio se manifestaram, através de um abaixo-assinado, contendo centenas de assinaturas, solicitando a implantação do Curso Técnico de Contabilidade, em substituição ao Curso Básico de Comércio.

O Curso Técnico de Contabilidade virá muito enriquecer o arcabouço cultural, técnico e científico da Cidade de Maringá e das cidades vizinhas, especificamente de Sarandi, Marialva e outras, com melhor acesso para o Colégio Branca da Mota Fernandes, às margens da Avenida Colombo, em Maringá.

O Colégio Branca da Mota conta com toda a infra-estrutura para abertura desse curso, além de contar com corpo docente à altura das necessidades técnicas e científicas que tal curso requer.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DER, Heinz Georg Herwig, solicitando seu empenho para a construção de um túnel (trincheira) no cruzamento da rodovia que liga Cambé a Londrina com o trecho que liga Londrina a Rolândia.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DER, Heinz Georg Herwig, solicitando seu empenho para que seja pavimentada a estrada que liga Florestópolis a Bela Vista do Paraíso, num trecho de 18 km.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DER, Heinz Georg Herwig, seja providenciada a sinalização (pórtico ou placa) na entrada da Cidade de Florestópolis.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando seu empenho na agilização da liberação dos recursos para construção do quartel do 15.<sup>o</sup> BPM, em Rolândia.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

## REQUERIMENTO



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando uma viatura policial para a delegacia de Ibiaporã.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando uma viatura policial para a delegacia de Florestópolis.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, com cópias para os Senhores Presidentes do Senado e da Câmara Federal, enfatizando a necessidade do reconhecimento da profissão do artesão e que, da decisão, se dê ciência à Federação das Associações e Cooperativas de Artesanato do Paraná.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) NILSO SQUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Somente no Estado do Paraná, mais de vinte mil pessoas se dedicam, hoje, a trabalhos artesanais. O incentivo prestado pelo Poder Público vem encontrando notável receptividade junto à classe, contribuindo na busca de soluções para a política do aproveitamento de mão-de-obra, além do oferecimento de vastos espaços para artistas responsáveis pela preservação da nossa identidade nacional, dos nossos costumes e das nossas mais caras tradições.

Todavia, a nossa Consolidação das Leis do Trabalho — CLT — enquadra estes profissionais, na categoria de “vendedores ambulantes” ou “feirantes”. A distorção desse enfoque, carece, com urgência, ser corrigida, para permitir o alargamento do horizonte já existente na área profissional do artesanato, conceituando-o não como intermediário, mas como criador e produtor da coisa à venda.

Enumeraríamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma série de justificativas para respaldar a reivindicação em tela. No entanto, todas elas soariam como repetitivas eis que são por demais conhecidas dada a abrangência do conhecimento geral em torno do assunto.

Finalizamos, nobres Deputados, que o reconhecimento devido por justiça da profissão do artesão, provocará o desengavetamento de lúcidas e criativas inteligências que concorrerão até para com o restabelecimento da memória nacional.

São dados ao conhecimento público e para o aproveitamento deste, valiosos frutos de estudos e pesquisas. O número de desempregados decrescerá.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente..

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR JOSÉ RICHIA, Governador do Estado e ao Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, reivindicando a construção e pavimentação de uma estrada ligando o Distrito de Ubaúna ao Município de Iretama, passando pela sede do Município de São João do Ivaí e o Distrito de Godoy Moreira.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

#### JUSTIFICATIVA:

A construção da rodovia que ora reivindicamos, em muito virá beneficiar a sofrida população daquela região, que é constituída em sua totalidade por produtores rurais, que vêm desde a longos tempos sofrendo consideráveis prejuízos na venda de seus produtos, muitas vezes com até 50% abaixo do preço estabelecido pelo Governo, face às dificuldades encontradas pelos compradores para transportar os produtos adquiridos. Aquela região produz anualmente mais cem mil sacas de feijão, além de ser considerada a capital produtora do algodão. Para se ter uma idéia das dificuldades existentes, um caminhão gasta de três a quatro horas para percorrer 38 km de estrada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná —, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos orçamentários para o procedimento de reformas gerais das instalações da Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, localizada em Herveira, pertencente à Municipalidade de Campina da Lagoa.

A real necessidade de realizar a revitalização das instalações da conceituada e tradicional Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto vem de há muito tempo. A informação é prestada pelo Ilustríssimo Senhor Belmiro Kocinski. Como Diretor-Geral do referido estabelecimento afirma ainda que o estado em que se encontra o prédio deixa muito a desejar, comprometendo a higiene, a segurança e a tranquilidade de um modo geral.

Neste sentido, face ao exposto, espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, a adoção de medidas que possam vir, efetiva e urgentemente de encontro às aspirações da Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha, que é no sentido da liberação de recursos financeiros destinados a custear as pretendidas reformas.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 144/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon passa a contar a partir da próxima Legislatura, com 13 (treze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com o parágrafo único, do art. 28, da Lei Complementar n. 2, de 18/06/73 — (Lei Orgânica dos Municípios) o número de Vereadores, em cada Legislatura, será alterado por lei estadual tendo em vista o total de eleitores inscritos no município até 180 (cento e oitenta) dias antes das eleições municipais, conforme dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral e em razão do número de eleitores estabelecidos pelo citado Art. 28.

A Certidão fornecida pelo Juízo Eleitoral, que anexo apresentamos, nos dá o número de eleitores condizentes para que se altere o número de Vereadores da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, o que propomos através do presente plano de lei à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N. 145/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO "MADRE RAFAELA YBARRA", com sede e foro no Município de Marialva, Estado do Paraná.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Social Comunitário Madre Rafaela Ybarra, da Vila Brasil, fundado em 02 de setembro de 1984, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na Comarca de Marialva, Estado do Paraná, com duração indeterminada, que reger-se-á por Estatuto e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis.

O mesmo terá por objetivo geral desenvolver ações que concorram para o atendimento a pessoas carentes, principalmente a crianças e jovens, para aprenderem uma profissão e aos menores ficarem em regime de semi-internato, recebendo alimentação. Os maiores para trabalharem numa pequena indústria caseira recebendo uma remuneração, evitando-se, assim, que os mesmos permaneçam nas ruas sem trabalho, mendigando ou marginalizando-se. Além de cursos profissionalizantes seria ministrado cursos do MOBRAI para adultos.

Os integrantes de sua Diretoria exercem suas funções sem perceber qualquer tipo de remuneração ou retribuição, a qualquer título ou pretexto, conforme consta em seu estatuto.

#### PROJETO DE LEI N. 146/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica por força desta lei delimitadas as divisões e confrontações do Município de DOUTOR CAMARGO, conforme segue:

Ao Norte com o Município de Ourizona, começa no Rio Ivaí, na foz do Rio Bandeirantes do Sul; sobe por este até sua nascente, de onde, por uma linha reta, em sentido leste, alcança a foz do Córrego Calisto no Ribeirão do Paissandu.

A Leste com o Município de Paissandu começa no Rio Bandeirantes do Sul, na foz da Água do Corotê,

sobe por este até sua nascente, de onde, por uma linha reta em sentido leste, alcança a foz do Córrego Calisto no Ribeirão do Paissandu.

Ao Sul com o Município de Ivatuba começa na foz do Córrego Calisto, no Ribeirão Paissandu, desce por este até a foz do Rio Ivaí.

Ao Oeste com o Município de Terra Boa começa na foz do Rio Paissandu no Rio Ivaí, desce por este até a foz do Rio Bandeirantes do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### PROJETO DE LEI N. 147/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Sociedade Beneficente São Francisco de Assis, fundada no dia 26 de junho de 1985, no Município de Boa Vista da Aparecida, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

A "Sociedade Beneficente São Francisco de Assis" é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter assistencial.

Foi fundada em 26 de junho de 1985 e tem como finalidade principal o amparo às famílias carentes econômica ou moralmente, sem distinção de raça, cor, sexo, idade, religião, língua e ideologia política.

A finalidade da Entidade é paralelamente, a de suprir o necessário para a vida dos indigentes e assim eliminar as causas de mendicâncias nas ruas; socorrer, por tempo limitado pessoas inválidas e agenciar para elas colocação ou emprego honesto, compatível com suas aptidões; promover, de acordo com as condições especiais dos indigentes, a sua internação em estabelecimento que lhes proporcione nutrição, tratamento médico e agasalho; aconselhar o pai ou mãe pobre, ignorante, no sentido de enviar seu filho menor à escola; criação de creches para atendimento de menores e atendimento aos idosos.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade de Boa Vista da Aparecida tem sido de maior relevância.

#### PROJETO DE LEI N. 148/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Serra Clube Cidade Sorriso com sede e foro na Cidade de Curitiba — Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

O Serra Clube "Cidade Sorriso" é uma associação de leigos a serviço das vocações sacerdotais e religiosas e está dissemi-



nada em todo o mundo. Tem como finalidade emprestar às instituições educacionais toda a colaboração ao seu alcance para uma adequada orientação vocacional da mocidade brasileira, estimulando e auxiliando, especialmente as vocações para o sacerdócio católico, principalmente o Diocesano, cultivando também as melhores relações com os diretores vocacionais das ordens e congregações religiosas, tanto masculinas como femininas e incrementar o catolicismo pela formação de amizade duradoura entre os católicos.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

(Ausente).

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Buuffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Durante o Quarto Congresso Nacional de Engenharia de Pesca, realizado em Curitiba, foi aprovada moção para que seja implantado um curso de engenharia de pesca no Sul do País.

A preocupação dos participantes daquele encontro é que somente existem dois cursos do gênero no País, ambos localizados no Nordeste.

Além de uma série de outros fatores, o precário estágio do desenvolvimento da pesca pode se creditar à falta de tecnologia adequada. As potencialidades, principalmente com a vasta extensão do litoral brasileiro, não podem continuar a ser exploradas da forma como o são hoje. É preciso aproveitar esse manancial de riquezas que tem o País, somado ainda aos rios e ao grande número de lagos artificiais, principalmente no Paraná, em consequência da construção de hidrelétricas.

O Sul do País tem carência de engenheiros de pesca e o pequeno número que atua na região, evidentemente, é originário de Pernambuco ou do Ceará. Um curso desses certamente daria impulso à piscicultura nos Estados sulinos.

Ao se congratular com os engenheiros de pesca, reunidos em Curitiba, na semana passada, pela iniciativa de pleitear o curso para o Sul, fazemos, ao mesmo tempo, um apelo ao Ministro da Educação para que o mesmo seja implantado em Paranaguá.

As razões dessa reivindicação são inúmeras. Primeiramente, já temos um projeto de implantação da Universidade do Litoral e o curso de engenharia de pesca viria a completar aquela instituição que a população litorânea está pleiteando. Também em Paranaguá já está localizado o Centro de

Biologia Marinha da Universidade Federal do Paraná que por si já se constituiu num embrião e na infra-estrutura para a implantação do curso de engenharia de pesca.

Mas o fator preponderante é a potencialidade da costa paranaense, notadamente das baías ali localizadas. Segundo constatou uma instituição da ONU o conjunto das baías de Paranaguá se constitui na quinta maior potencialidade pesqueira do mundo. Há de se considerar, também, que além de ser uma das maiores baías do País, ela está isenta de poluição em sua maior parte o que possibilita o desenvolvimento permanente da piscicultura. Ainda temos que levar em conta que a Secretaria Especial do Meio Ambiente do Ministério do Interior está implantando a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, para a preservação dos manguezais e o seu estudo. Também, grande parte da região limítrofe entre o Paraná e São Paulo está sendo preservada através de medidas já em execução.

Senhor Presidente.

Paranaguá, com suas baías, já se constitui num viveiro natural de espécies marinhas, o que tem despertado a cobiça de barcos pesqueiros de outros Estados. Com as áreas de preservação que estão sendo implantadas teremos um potencial inesgotável do desenvolvimento da pesca na região. Portanto, é o lugar ideal para a implantação do curso de engenharia de pesca, pois, a Universidade não visa apenas a a formação de profissionais, mas também, a pesquisa. E, além de formar engenheiros para atuar na própria região, os estudantes teriam local para o seu aprendizado, num dos mais ricos mananciais de pesca do mundo.

Paranaguá, ao longo da história, muito contribuiu para o desenvolvimento do Estado. É hora de somar esforços para que tal reivindicação seja concretizada em benefício não só de Paranaguá, mas também do Paraná. Por isso, espero o apoio dos Deputados desta Casa."

Era esta a razão, Senhor Presidente, que nos trouxe à tribuna e, além disso, alertamos esta Casa de que o Projeto que deverá, em breve, ser apreciado pelos Senhores Deputados, em cujo projeto pretendemos criar a Universidade do Litoral, é de suma importância para o Estado; não somente a região litorânea se beneficiaria com a implantação da universidade, mas, todo o Estado do Paraná. Isto porque existe uma diferenciação muito grande entre o que pleiteia o Litoral, através da criação da sua Universidade, e outros Municípios que assim desejam também, evidentemente outros Municípios com justiça o fazem, mas a razão de Paranaguá querer uma universidade é precípua; ela se reveste de características especialíssimas porque será, como já disse, uma universidade volta-

da para o mar.

Este pequeno discurso que fizemos, neste momento, é um atestado eloqüente da importância que tem, para o Paraná, a criação daquela universidade.

Obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para destacar a iniciativa de Sua Excelência o Senhor Presidente da República que, no dia de ontem, anunciou um programa austero no combate à criminalidade.

Creio, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que um dos graves problemas que assolam a sociedade no dia de hoje, está relacionado ao problema - segurança pública.

Tem sido uma constante, nesta Casa, a manifestação dos Deputados que aqui vêm demonstrar preocupação e cobrar do Governo do Estado uma ação mais concreta no combate à criminalidade. E o anúncio feito ontem por Sua Excelência o Senhor Presidente da República juntamente com o Ministro da Justiça, criando um verdadeiro mutirão nacional para combater a violência, merece, de todos nós, apoio, sobretudo, manifestação de encorajamento nesta missão árdua, difícil de se conter. Daquilo que vem desfigurando o País - que é a ação criminosa de pessoas que se ocupam em perturbar o sossego público.

De forma que, manifesto, não só o apoio, mas faço com que a Casa registre e encaminhe a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, telex, de apoio à iniciativa. Que, como disse inicialmente, vem ao encontro dos interesses maiores da sociedade brasileira e, sobretudo agora, a sociedade paranaense.

Quero também, Senhor Presidente e Nobres Senhores Deputados, registrar a grande festa cívica que vivemos em Foz do Iguaçu - no último domingo - por ocasião da Convenção do nosso Partido - PDS -, que lançou a candidatura do nosso colega Eminente Deputado Tércio Albuquerque, à Prefeitura de Foz do Iguaçu.

O que vimos, na tarde de domingo, foi uma verdadeira demonstração de que o PDS está compacto, coeso e perfilado em busca de vitórias do pleito do dia 15 de novembro.

Tanto a candidatura do Eminente Deputado Tércio Albuquerque, em Foz do Iguaçu, apresenta-se à sociedade como uma candidatura vitoriosa. Devemos dizer que também os nossos candidatos lançados no município

de São Miguel do Iguaçu, na pessoa de Silas Murbach e em Santa Helena na pessoa de Francisco Antônio Muniz, são candidaturas aceitas pelo povo daquelas comunidades e revestidas de sustentação eleitoral capaz de registrar a vitória do nosso partido no pleito do dia 15 de novembro próximo futuro.

Muito obrigado!  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra à oradora seguinte, Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As atenções dos cafeicultores paranaenses estão voltadas para Brasília no dia de hoje, onde acontece uma reunião decisiva para a cafeicultura brasileira.

Na mesa de reunião onde se decidem os destinos de cafeicultores e milhares de bôias-frias, estes bôias-frias desempregados da área rural, estão sentados o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, o Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, o Governador José Richa, e o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Paulo Carneiro.

Senhores Deputados, diante da gravidade do caso, não poderia deixar de me manifestar, como já fiz anteriormente enviando telegramas aos ministros da área econômica no sentido de pedir apoio aos cafeicultores paranaenses e brasileiros. É insupportável para a cafeicultura que o preço atual de garantia por saca de café pago pelo Governo não cubra ao menos os custos de produção. O preço atual é de 460 mil cruzeiros, enquanto que o agricultor da área gasta 510 mil cruzeiros na produção de cada saca de café.

A defesa da cafeicultura não se limita no beneficiar diretamente os produtores, hoje desestimulados e penalizados em suas atividades, mas abrange diretamente milhares de bôias-frias e desempregados da área rural. Essa atividade agrícola, por suas características específicas é a que mais absorve mão-de-obra no campo.

Por isso é de fundamental importância para o Estado e para o País que os cafeicultores brasileiros sejam estimulados e recebam o preço justo e compensador pelo fruto do seu trabalho.

Na qualidade de filha de agricultor, acompanhei dentro do meu próprio lar a lenta agonia da cafeicultura no Paraná nas últimas dezenas de anos. Meu pai, a exemplo de milhares de paranaenses, por muitos anos dedicou-se ao cultivo do café, e foi com extrema emoção que assisti a decisão de meu pai em abandonar a cafeicultura em razão dos preços injustos. A visão dos

tratores arrancando da terra os pés de cafezais em flor, a visão de famílias inteiras de trabalhadores condenados ao desemprego por culpa do fim do ciclo do café. São cenas tão dramáticas e chocantes que somente as pessoas que viveram esses momentos angustiantes sabem explicar, impossíveis de serem lembradas sem sentir lágrimas nos meus olhos.

As grandes geadas que se abateram sobre o Paraná nos últimos anos marcaram profundamente a vida dos cafeicultores na história do nosso Estado. Os preços compatíveis do chamado período do "ouro verde" impulsionaram o desenvolvimento de cidades-chaves do Estado, como Londrina, Maringá e tantas outras.

Portanto, Senhores Deputados, nós nos perguntamos, hoje a quem interessa a inviabilização da cafeicultura no Brasil? A quem interessa a inviabilização de uma atividade geradora de milhares de empregos senão aos consórcios multinacionais, ao FMI que impõe ao Brasil uma política de limitação do seu crescimento?

A defesa dos interesses nacionais passa necessariamente pelo fortalecimento da cafeicultura, pela criação de novos empregos, pela melhoria das condições de vida do nosso povo.

Muito obrigada.

(Sem revisão da oradora).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos louvar nesta tarde o grande Governador do Paraná, José Richa, pelo seu posicionamento em defesa da cafeicultura paranaense e da cafeicultura brasileira.

Entendemos que a situação em que vive a nossa cafeicultura brasileira nos faz lembrar desde 1964, quando se comemora hoje quarenta anos da bomba de Hiroshima, que destruiu totalmente uma cidade. Nós lembramos que há vinte e poucos anos, quando o regime que tomou conta deste País, após 1964, lançaram a grande bomba em cima dos cafeicultores brasileiros e em cima dos trabalhadores brasileiros.

É isto que, nesta tarde, nós parabenizamos o Governador José Richa pela sua atitude, um homem público em defesa da nossa sociedade paranaense; em defesa dos cafeicultores e, achamos e continuamos firmando o nosso posicionamento, que para sairmos deste caos em que o Brasil vive, somente com a política com relação à cafeicultura e a produção brasileira. Somente olhando estes produtores é que o Governo poderá vir a atender estas reivindicações,

para que sejamos uma Nação forte, uma Nação que dê ao futuro, esperanças pelo menos à nossa juventude.

Entendemos que a lavoura é o ponto primordial desta Nação. Quantos e quantos bóias-frias abandonados por este Estado e pelo Brasil inteiro que foram desestimulados quando eram pequenos produtores. Nós entendemos que assentar o homem à terra é importante, é um problema social em que vive este País, mas entendemos também que é importante que haja preço para nossa produção brasileira, para que haja um escoamento e melhores preços no Paraná e no Brasil inteiro.

É isto, Senhor Presidente, que registramos nesta tarde, nosso apoio ao Governador José Richa, esperando que a nossa comissão, em Brasília, esteja presente o Governador Franco Montoro e o Governador de Minas, Hélio Garcia, porque são os três Estados maiores produtores de café neste País. E achamos que este posicionamento vem ao encontro das reivindicações, com as greves feitas durante o período do mês de julho. Isto verá os agricultores, os cafeicultores que o Governo do Paraná está com os olhos voltados aos interesses da cafeicultura do nosso Estado.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, para requerer seja inserido nos Anais dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de aplauso e reconhecimento ao ciclista paranaense Paulo Jamur, filho do jornalista Jamur Júnior que conquistou em São Paulo no Campeonato Brasileiro de Ciclismo, duas medalhas de ouro e uma de prata, sagrando-se tetracampeão brasileiro contra o relógio, integrando a Seleção Paranaense.

Senhor Presidente, Senhor Deputados, o Governo da Nova República que era a grande esperança de quase cento e trinta milhões de brasileiros aprontou mais uma para o povo brasileiro.

Vem o Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, anunciar as fraudes apuradas no Instituto Brasileiro do Café e manifestar para a opinião pública brasileira o seu desejo de extinguir e fechar o Instituto Brasileiro do Café, criando um terrível caos social para os cinco mil funcionários da autarquia, lotados nas agências de todo o Brasil.

Escolheu o Ministro da Nova República o caminho da comodidade, da facilidade,

para resolver os problemas do Brasil: o que estiver errado, o Ministro manda fechar.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse Governo, com menos de cinco meses de atividade, já cometeu tantos absurdos, tantas barbaridades, que já está virando motivo de gozação até em programa de humorismo, como "Viva o Gordo", da Rede Globo de Televisão.

Estamos diante do quadro dos mutuários, diante da falsa promessa, do engano e da tapeação do Governo, que anunciou a semestralidade como a solução viável para os trabalhadores que compraram a casa própria financiada e de repente a imprensa desmascarou o Ministro do Desenvolvimento Urbano, mostrando que ele mentiu para a opinião pública, porque para atrair os mutuários para a semestralidade, ele fez uma promessa e, agora, quando quase todos os mutuários já optaram, vem e passa um apagador em tudo que prometeu e vem com uma outra proposta de um aumento acima da equivalência salarial. E o Ministro Roberto Gusmão, vem com esse absurdo de pretender fechar o IBC. Se existe erro no IBC, o Ministro deve mandar apurar, sanear, corrigir as falhas, punir aqueles que fraudaram o IBC em todo o País, mas é tragicômico, Senhor Presidente, saber que uma autoridade do Brasil, quando encontra um erro num órgão, descarrega em cima do funcionário, que ganha tão pouco, que é mal remunerado, que vai pagar pelos homens de colarinho branco, que fraudaram, que abusaram dos cofres do IBC.

Eu chego até, Senhor Presidente, a imaginar, se vingará a proposta do Ministro da Indústria e Comércio, Ministro da Nova República, de fechar o IBC, o nosso medo é que daqui uns dias, se o Governo da Nova República não encontrar a solução para a dívida externa do Brasil, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a solução que o Governo da Nova República encontre seja o de fechar o Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Homero Oguido, inscrito.

O SR. HOMERO OGUIDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Lei Orgânica dos Municípios deve corresponder às exigências legais de todo ordenamento jurídico do País. Nesta fase de preparação, o anteprojeto do Deputado Trajano Bastos revela profundo cuidado de elaboração de todos os aspectos que foram argüídos pelos participantes.

Não se cuida, agora, dos escólios contidos no anteprojeto de lei e, ainda, ob-

jeto de estudos. Mas, a evidência de uma proximidade com a Assembléia Nacional Constituinte. O novo pacto social certamente, irá contar disposições novas e que resultam aos anseios de todas as comunas brasileiras.

Ora, como se sabe, o município no Brasil é uma pessoa jurídica de capacidade política, partilhando com a União e, aos Estados, de prerrogativas constitucionais estabelecidas através de uma rígida repartição constitucional de competência. Sobremais, há movimento reivindicatório das Comunas brasileiras objetivando maior participação na renda tributária nacional, que o centralismo da União levou a patamares de absoluta espoliação quer quanto aos Estados quer quanto aos municípios.

Demais disso, o município goza de prerrogativas expressas e implícitas que lhe asseguram, constitucionalmente, a autogestão de todas as suas atividades, inclusive a Lei Orgânica. Serve de exemplo o Estado do Rio Grande do Sul, que adota há inúmeros anos, o sistema de Cartas próprias.

Se estamos vivendo novos tempos, por que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná propugna outorgar Cartas Políticas aos Municípios, quando o peculiar interesse Comunal deve prevalecer em face da disposição expressa pelo artigo 14, parágrafo único da Lei das Leis? Não seria, no mínimo, mais adequável às contingências atuais, o aguardo do novo pacto social?

Não seria válido pressupor que a Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, irá definir maiores desempenhos à "célula mater" do País, o município? Não seria precipitado erigir uma Lei Orgânica, que o curto prazo possa se tornar incompatível com a nova ordem jurídica que se vislumbra?

Se o Estado de Direito é a consagração jurídica de um projeto político, a realidade institucional do País deve, no mínimo, corresponder aos novos tempos de liberdade em amplitude. Não seria o caso de se adotar o exemplo do Município de Londrina, que possui a sua própria Lei Orgânica? É preciso lembrar, que a disposição constitucional já citada dispõe sobre os aspectos de "peculiaridades locais". Os municípios do Estado do Paraná, cada um de-per-si possuem suas próprias regras de convívio e de desempenho administrativo peculiares. Como definir em amplitude regras já consolidadas e aqui repetidas, em desajustes ao que se quer preordenar em termos nacionais?

O exemplo de submissão, à ordem jurídica deve partir, principalmente, desta Casa de Leis. Ou seria o caso de se dizer que a Nova República não entrou, ainda, na

ribalta, porque a Velha República ainda se encontra nos bastidores.

Cremos que o exemplo deve ser configurado de imediato, em todos os sentidos. A invasão de competências através de uma legislação única às pessoas criadas pelo Direito Constitucional, como sabe ser o caso dos Municípios, nos transpõe contínuo com o sistema anterior.

O Governador do Estado de São Paulo, Professor Franco Montoro, disse que o "homem não mora nem na União e nem no Estado, mas no município". Ora, o impedimento ao desenvolvimento Comunal a política de esvaziamento de suas receitas e a vassalagem administrativa e política devem ser frontalmente suprimidas em face da nova realidade política do País. Eis, pois, nossa oportunidade: de oferecer um dignificante e magnífico exemplo. Fica, pois, nossa Sugestão".

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Encerrado o Pequeno Expediente, consulto as Lideranças. Inicialmente consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Farão uso da palavra os Deputados Fiori Luiz e, posteriormente, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Sr. Presidente, Srs Deputados. Queremos enaltecer posição tomada pelo Ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, pela auditoria feita por uma firma altamente respeitada, e que constatou graves irregularidades no IBC - Instituto Brasileiro do Café, no IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool, e na EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, inclusive, jornais e revistas de circulação escrevem com riqueza de detalhes alguns aspectos da corrupção.

Entre outras corrupções, no IBC, por exemplo, há excesso de funcionários, desvio de estoques de café, Nova Esperança é o exemplo, dezesseis mil sacas sumiram do armazém; excesso de viagens ao exterior, altos salários em dólar, escritórios no exterior com gastos exagerados, funcionários "fantasmas", contratos de publicidade fraudulentos, alteração da classificação de café, pagamento de diárias ao ex-presidente Otávio Rainho sem que ele tenha viajado, contratação de firma de prestação de serviços para execução de trabalho para a empresa, sendo que o IBC tem pessoal qualificado e habilitado para execução desses serviços. E as irregulari-

dades no IAA e Embratur são basicamente as mesmas, isto é, apadrinhamento, corrupção, suborno, enfim, todo Código Penal se aplica nessas três estatais.

O Sr. Ministro Roberto Gusmão fala em fechar essas empresas. Perguntamos: seria a solução? Entendemos que não. Os órgãos não podem pagar pelos desmandos administrativos de seus dirigentes. As empresas precisam ser enquadradas dentro da realidade brasileira. O que a Nação está cobrando, não apenas do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, mas do próprio Presidente José Sarney, nesta Nova República é a punição aos culpados. Lugar de ladrão é na cadeia e não no esquecimento. O problema deste País sempre foi a impunidade, e chegou a hora da ação efetiva.

Esse negócio de inquérito administrativo nunca deu em nada. O Sr. Ministro e o Sr. Presidente da República, que agora já estão de posse desse levantamento, das irregularidades, ou tomam uma posição firme ou então serão cúmplices.

Entendemos por outro lado, que cem dias da Nova República não foram suficientes para mudar a estrutura do País e nem resolver os problemas sociais e econômicos. Mas, deveriam, isto sim, ser suficientes para colocar na cadeia os ladrões de colarinho branco desta Nação.

O País não pode pagar esses desvios que chegam a milhões de dólares. É preciso acabar, neste País, com a discriminação, onde só o pobre vai preso. Porque não há muita diferença entre um roubo de um saco de comida ou de milhões de dólares. É roubo. E o Governo da Nova República só vai se firmar e adquirir credibilidade popular, quando punir os culpados que lavaram a Nação ao estado em que se encontra hoje.

Denúncias e falta de provas o País não engole mais. O que nós queremos ver neste País é alguém ser preso, ter seus bens sequestrados, o que não ocorreu até o momento. Não só nesses órgãos do IBC, IAA e Embratur, mas também nos casos do Sulbrasileiro, Coroa Brastel, Capemi, BNCC, Delfim, escândalo da mandioca, adubo, papel. E sobre isso, temos um exemplo doméstico, a CPI da corrupção instalada nesta Casa, com casos provados que se encontram engavetados e nenhuma providência foi tomada até agora. Ninguém devolveu nenhum tostão e ninguém foi para a cadeia.

Esta Nova República tem que entender que praticar a justiça não é dizer revanchismo. Para o ladrão não existe revanchismo. E continuam por aí, até hoje, na Nova República, os Senhores Delfim Netto, Shigeaki Ueki, Amauri Stabile, Nestor Jost, Mário Garnero, Mário Tieppo e outros menos votados.

Só a denúncia não resolve. Isso acaba até aumentando a desconfiança popular. Só

vamos mudar a imagem do País um dia em que uma CPI uma auditoria ou uma sindicância que prove algum roubo e o Governo realmente coloque os responsáveis na cadeia.

Como é que vamos provar aos funcionários em greve na Previdência Social que não existem recursos para aumentar os seus salários, se eles são testemunhas dos roubos e da impunidade cometidas na própria instituição INAMPS.

Chega de denúncia neste País, da famosa "falta de prova" de impunidade. Ou o Presidente Sarney assume esta Nova república, punindo os culpados, sejam civis ou militares, ou dificilmente conseguirá a credibilidade nesta Grande Nação.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, queria me parabenizar com Vossa Excelência. Ai estão os "Garanhões", ai estão que Vossas Excelências como combativos Deputados do PMDB, não dizem, como o moço que foi indicado pelo INAMPS. O moço corrupto que até hoje não me chamou na Justiça, para uma camuflada investigação. Vossa Excelência tem que "dar o nome aos bois".

Veja, Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz, homem honesto do PMDB, continua a mesma coisa. A Dona Antônia, a Secretária do ilustre Presidente Tancredo Neves, foi agraciada com a aposentadoria de 16 milhões, e continua ganhando mais 16 milhões. Onde está a República Nova, participativa de Vossas Excelências? Diga isso ao público, Deputado Fiori Luiz. Diga onde está o preço da carne. Diga onde está a manobra das cadernetas de poupança, diga. Chame os ladrões da Nova e da Velha República, porque dizia eu, que "mudou o rótulo, mas, a cachaca é a mesma".

Diga Vossa Excelência da corrupção que está havendo agora na sua República, na República da Bancada gloriosa do PMDB. e da nossa, que fazemos, infelizmente, parte da Frente Democrática.

Vossa Excelência não sabe, o Brasil não sabe, que a Dona Antônia, Secretária de Tancredo Neves, foi agora, Deputado Fiori Luiz, aposentada com 16 milhões de cruzeiros, e continua trabalhando em nome da sua República. Em nome de que Vossa Excelência não denuncia? Denuncie isso, chefe, denuncie o desmando dos homens que foram um espelho na Velha República e estão mandando na Nova.

Muito obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Nós criticamos a Velha e a Nova República e acho que temos um pouquinho de moral para isso, nobre Deputado, nós sempre criticamos. E com relação aos nomes criticados por Vossa Excelência, a filiação partidária realmente não dá impunidade a ninguém.

E o Sr. Garanhão já foi julgado, foi punido e afastado do Governo, se era essa a colocação de Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nélso Squarez) — O restante do tempo designado à Bancada do PMDB, será ocupado pelo Senhor Deputado Osvaldo de Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas desejo transcrever nos Anais desta Casa o artigo inserido no Jornal "O Estado do Paraná", de hoje, do jornalista

ta Aramis Millarch, intitulado: "A Crise no Guaíra", reforçou a Oposição.

"Mais do que uma nova crise na área cultural, o que na atual administração peemedebista já se tornou lugar comum a brutal demissão dos professores Rita Pavão, Lilian Fleury e Wolf Schaia, do Curso de Artes Cênicas da Fundação Teatro Guaíra, provocou numa das vítimas a decisão de tomar um posicionamento político bem mais profundo.

Rita Pavão, 32 anos, 26 de balé, com cursos de mestrado na UCLA, em Los Angeles, já se colocou à disposição tanto dos comitês do ex-Governador Paulo Pimentel como do ex-Prefeito Jaime Lerner — ambos candidatos à Prefeitura de Curitiba, para colaborar, "de todas as maneiras dentro de minha arte, para que a Oposição vença as eleições do próximo dia 15 de novembro".

Embora ainda sem definir-se pelo PDT ou PDS — desejando, numa primeira etapa, "ajudar a quem representa a resistência contra o arbítrio peemedebista", Rita Pavão pensa e seriamente — em fazer carreira política. Amigos (que são muitos) que a conhecem e admiram pela sua capacidade de liderança e coerência de opiniões, apostam que ela poderá se sair bem numa campanha eleitoral, representando o segmento artístico. E a Câmara de Vereadores poderá ser a primeira etapa.

Wolf Schaia é professor de empostação de voz, maestro ligado desde os tempos pioneiros do Grupo Experimental de Operetas da antiga Superintendência do Teatro Guaíra. Homem humilde e modesto, foi surpreendido com sua demissão — sem qualquer justificativa. Lilian Fleury, que, coordenando o projeto Carreta desenvolveu um dos melhores trabalhos de real democratização do teatro nos últimos dois anos, vinha sendo perseguida pela atual Administração da Fundação Teatro Guaíra, desde quando tomou uma coerente e honesta posição de apoio no episódio das demissões de Yara Sarmento e Oracy Gamba. Rita Pavão, entretanto, se manteve neutra naquele episódio — do que agora se arrepende — de forma que foi surpreendida por sua demissão e, mais ainda, da atitude tomada contra a sua pessoa, impedida sequer de dialogar com os estudantes na sala de aula e retirada pela segurança das dependências do Guaíra.

A crise é bem maior do que os releases oficiais procuraram minimizar: os estudantes do Curso de Artes Cênicas estão em greve há uma semana e fazem várias exigências — incluindo 14 itens de reivindicações relacionadas aos estranhos, nebulosos e ditatoriais decisões na "escolha" de professores do curso. É questionada, inclusive, a relação com a Universidade Católica, que através de convênio deu o aval didático para que o curso fosse legalizado após quase 25 anos — e que foi, reconheça-se, um trabalho de Oracy Gamba e Elisa Gonçalves — esta também atingida pela violência e incompetência que caracterizam a Secretaria da Cultura (SIC).

O episódio das demissões de Gamba e Yara Sarmento (que retorna nesta semana de sua viagem à Europa e Estados Unidos) nem sequer ainda foi resolvido (tanto é que o cargo de Superintendente continua vago) e esta nova crise na área da cultura confirma, mais uma vez, a incompetência dos ocupantes da área. Numa hora em que se busca o entendimento e o diálogo, a Secretaria da Cultura e do Esporte consegue provocar cada vez maiores rachas na área cultural — levando os nomes mais expressivos e competentes a tomarem posições claras e decentes de oposição aos desmandos que acontecem.

Homens como o ex-Governador Paulo Pimentel que em seu governo procurou valorizar a classe artística (e na época não existia ainda a hoje malfadada Secretaria da Cultura (SIC), recebem, assim, espontâneos reforços de pessoas que ficam cada



vez mais enojados da política do Governo José Richa. Um breve retrospecto mostra que em pouco mais de dois anos, nenhum setor do governo ficou tão desgastado como a área cultural. E, pelo visto, se não houver mudanças radicais, as crises se tornarão cada vez maiores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: apenas para que não tapemos o sol com a peneira, e mais não digo porque não precisa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Consulto a liderança do Partido da Frente Liberal se deseja utilizar do seu horário. Com a palavra o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Li hoje, através da "Gazeta do Povo", de que o Presidente Sarney quer a ação de todos contra a onda de violência.

"Queremos que todos os cidadãos se integrem à nova cruzada", pediu ontem, em Brasília o Presidente José Sarney, ao receber as propostas para um plano de ação do Governo no combate à violência, na presença de 10 Ministros e de todos os Secretários de Segurança Pública e de Justiça de todos os Estados, no Palácio do Planalto.

O documento composto de 16 páginas, elaborado por uma Comissão, foi-lhe entregue pelo Ministro Fernando Lira.

"A violência está desfigurando o Brasil, corroendo o nosso estilo de vida, ameaçando a filosofia de uma Pátria de irmãos", advertiu o Presidente da República, lembrando que, com apenas 10 (dez) dias à frente do Governo, ele solicitou a adoção de medidas para a realização de mutirão contra a violência; segundo o Chefe da Nação, "a causa da violência está intrinsecamente ligada à liberdade, não à liberdade política, mas, às liberdades a que me referi em meu discurso à Nação — a liberdade, é não ter fome, a liberdade é ter Educação e Saúde, liberdade cuja ausência cria condições de desrespeito pela liberdade de outros, já que, uma estrutura social injusta não ensina, aos injustiçados, respeitar as suas regras e leis".

Sr. Presidente, esse Encontro de todos os Secretários de Justiça, Secretários de Segurança de todo o Brasil, lá reunindo e aplaudindo o pronunciamento do Presidente da República é algo construtivo, mas, é preciso que, ao retornarem aos seus Estados pratiquem efetivamente e que entrem em ação para tomarem as medidas necessárias. No Paraná, o que nós assistimos é a onda de violência, crescendo dia-a-dia! Fui convidado, ontem — uma demonstração de que não está funcionando — para participar de uma Missa, domingo, no Jardim Leisópolis, Município de Piraquara, Missa que será celebrada no Módulo Policial construído pela comunidade do Jardim Leisópolis, com o auxílio do Prefeito Municipal de Piraquara. Justamente domingo, completará um ano a construção desse Módulo Policial, e o Secretário da Segurança até agora não o instalou. Feito o apelo pela comunidade, pela Associação de Moradores do Jardim Leisópolis, o Secretário prometeu instalá-lo em quinze dias, agora a informação é de que será construído outro Módulo Policial a mil metros de distância. Mas, o que acontece é que, este, construído sem recurso nenhum do Governo, construído pela comunidade, completa, domingo, um ano! E será celebrada uma Missa de aniversário do Módulo Policial, mas, até agora, sem segurança para a comunidade daquela localidade.

Não é só isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"A Tribuna", da Cidade de Apucarana, também traz a informação de que, "policia espanca comerciante, comerciante

na cidade de Jandaia do Sul, por falta de recolhimento da taxa do FUNRESPOL". Comerciante, deixou de recolher a taxa do FUNRESPOL, foi espancado pela polícia quando na realidade o que deveria ser era, sim, acionado, o comerciante, e não ser ameaçado em seu balcão para fazer esse recolhimento.

Por isto vim hoje à tribuna — para fazer um apelo ao Sr. Secretário da Segurança, que abrace essa causa do Presidente, no sentido de que auxilie, dando a sua participação no combate à violência, começando pelos casos mais corriqueiros, mais simples, como esse que acabo de mencionar e que não é resolvido, quanto mais, os casos mais sérios! Nós vemos todos eles, em completo abandono.

Por isso, faço um apelo neste momento ao Sr. Secretário da Segurança Pública, que, se possível, mande alguém participar dessa Missa que será celebrada no domingo, lá no Jardim Leisópolis.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está com a palavra, no restante do horário, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa do meu Paraná!

Onde estão os Deputados que criticavam as nomeações? Quantas nomeações não foram feitas no apagar das luzes, no tempo hábil, no Paraná, em São Paulo, onde o PMDB é majoritário.

Onde estão os defensores do povo?

Srs. Parlamentares, quantas nomeações desnecessárias, quando a douta Bancada do PMDB ia à Praça Pública com o Governador José Richa, e dizia que no Paraná existia excesso de funcionários. Onde estão os homens de ouvidos moucos que estão brincando com o povo?

Eu desafio esta Bancada, que eu admiro, que traga ao plenário desta Assembléia, as nomeações que foram feitas e eu digo desnecessárias. Defender o indefensável é como avestruz!

O Líder do PMDB não tem condições de trazer a esta Bancada desta Assembléia, que é a voz do povo, estamos amordaçados talvez pela imprensa. Mas, tragam, os homens do governo participativo e transparente, no apagar das luzes, Sr. Presidente, homens que defendiam incondicionalmente a verdade. As nomeações que o Governo José Richa fez, as nomeações que o Prefeito — meu amigo particular — Maurício Fruet fez. Onde estão os homens que não defendem o seu povo? Onde estão os homens que se calam?

Eu venho, agressivamente, pedir, que me processem pela denúncia feita a um homem, Delegado do INAMPS, que eu chamei de ladrão. Que me processem! Mas, calam, calam porque é conveniente, calam porque o chefe superior do PMDB manda calar.

Essas nomeações, que de palanque, eles diziam que era excesso de funcionários no Paraná. Quantas nomeações não foram feitas aqui na Assembléia Legislativa? Quantas nomeações não foram feitas no Estado do Paraná?

Pobre povo que se iludiu com esta Bancada que cala, que não defende o seu povo. Onde estão os homens da República Nova — que com nomeações em excesso, tiraram os bons para continuar a nomear, a nomear.

Perdoe-me, Sr. Presidente, perdoem-me Srs. Deputados. Eu queria "apenasmente" uma voz coerente no PMDB, que dissesse um basta ao dinheiro que está sendo gasto, dinheiro nosso que pagamos impostos.

Nós defendíamos ou criticávamos as nomeações! O Deputado Fiori Luiz falou bonito mas, não falou nas nomeações que o seu chefe e padrinho, José Richa, fez. Que o Sr. Prefeito Municipal fez, que o Sr. Franco Montoro fez. Onde está isto gente! É o dinheiro do povo que não está sendo aplicado em benefício do povo. Denunciei desta Assembléia o corrupto que foi nomeado e por que não me processam? Por que a Bancada do PMDB não me processa para que eu possa provar perante o meu povo do Paraná que o PMDB se cala quando é governo; que o PMDB é uma bancada que eu respeito, mas, usa o "senta-levanta", usa o terno de nycron que não amassa, porque o chefe José Richa não quer que vocês falem. Falem das nomeações! Fale, Deputado Fiori Luiz, da corrupção no Paraná? Fale da secretária de Tancredo Neves que foi, Deputado, aposentada com 16 milhões de cruzeiros? Fale do irmão do Sarney que foi preso por contrabando. Isso Vossa Excelência não fala. que tem medo da verdade, Deputado. Fale isto!? Deste povo, desta "Nova República", a decepção do povo paranaense. Fale. Deputado, do irmão do Presidente da República que foi em Foz do Iguaçu, o carro roubado e com contrabando e com peças íntimas de senhoras.

Fale isso, por que Vossa Excelência não tem peito para falar? Por que Vossa Excelência decepçiona o seu povo? Fale e diga isso, Deputado, que essa "Nova República" está falida, que nós talvez estejamos falidos e que as nomeações feitas pelo seu Governo estão achacando o povo do Paraná! Por que não vai Vossa Excelência como o salvador, como o arauto do povo dizer a verdade? Porque mente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Consulto a Liderança do PDT se deseja utilizar o seu horário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS se deseja utilizar o seu horário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 49/85, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Sabáudia constituído pelas datas n.ºs 22, 23, 24 e 25, da quadra 6, transcrita em 20.11.50, sob o n.º 1737, Livro 3/A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos- 1.º Ofício, 2.º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 203/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO AMOREIRENSE", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 203/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a "Ação Social Paroquial Bom Samaritano Amoreirense", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1984.  
(a) HERMAS BRANDÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da Assistência Social e Filantrópica, à comunidade de São Sebastião da Amoreira e adjacências, o que já lhe granjeou o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 89/84.

A documentação anexa, comprova o preenchimento das exigências legais previstas em Lei.

É o plano de lei que ora submetemos à apreciação dos nobres Pares-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n.º 203/84

A propositura em análise, de autoria do ilustre Deputado Hermas Brandão, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Ação Social Paroquial Bom Samaritano Amoreirense de São Sebastião da Amoreira.

Quando analisada anteriormente, pelo então relator Deputado Nelson Buffara, constatou-se no presente Plano de Lei a omissão do comprovante relativo ao item IV, da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Cumpridas, agora, todas as exigências legais, encontra-se a presente matéria em condição de tramitar normalmente por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 284/84, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PILARZINHO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 284/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Pilarzinho, com sede e foro em Curitiba.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem desenvolvido excelente trabalho em prol da comunidade, conforme se vê no relatório de atividade que se integra a esta proposição.

Por estas razões esperamos seja aprovado o projeto e transformação em lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 284/84.

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado EZEQUIAS LOSSO, tem por finalidade declarar de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PILARZINHO", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela

legislação pertinente à matéria-Lei n.º 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 304/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que declara de utilidade pública o PROVOPAR- PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE- Coordenação Municipal de Curitiba, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 304/84

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública o PROVOPAR- Programa do Voluntariado Paranaense- Coordenação Municipal de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de novembro de 1985

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

As razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei, encontram-se determinadas e explicitamente identificadas na documentação em anexo, bem como no atendimento das formalidades previstas na legislação pertinente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 304/84.

O Presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Trajano Bastos, o qual propõe a declaração de utilidade pública a PROVOPAR- Programa do Voluntariado Paranaense- Coordenação Municipal de Curitiba, já tramitou por esta Comissão de Constituição e Justiça, quando foi constatada pelo então relator, Deputado Ezequias Losso, de que a referida entidade não supria as exigências da Lei n.º 6.994, Art. 1.º, item I.

Supridas, agora, todas as exigências legais está a presente Proposição em condições de continuar sua normal tramitação,

por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 02/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que declara de utilidade pública, o "CLUBE DOS AMIGOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS", com sede e foro em São José dos Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 02/85

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup>- Fica declarada de Utilidade Pública o "Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos de São José dos Pinhais"- CADEFI, com sede e foro em São José dos Pinhais.

Art. 2.<sup>o</sup>- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto a comunidade de nosso Estado e em particular ao Município de São José dos Pinhais.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n. 02/85.

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Márcio Almeida, tem por finalidade declarar de utilidade pública, "O Clube dos Amigos dos Deficientes Físicos de São José dos Pinhais"- CADEFI, com sede e foro em São José dos Pinhais.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto,

Curitiba, terça, em 06.08.85

qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 10/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 55/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Londrina, a data de Terras n. 14, da quadra 90, situada na sede do referido Município e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, do Livro 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 10/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup>- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina, a data de terras n. 14, da quadra n. 90, situada na cidade de Londrina, e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, Livro n. 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.<sup>o</sup>- A data de terras objeto do Art. 1.<sup>o</sup>, destina-se à implantação da Avenida Leste/ Oeste da Cidade de Londrina.

Art. 3.<sup>o</sup>- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1985.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n. 10/85

O presente plano de lei, Mensagem Governamental n. 55/85, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, a data de terra n. 14, da quadra n. 90, situada na cidade de Londrina, e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, Livro n. 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Dita doação, destina-se à implantação da Avenida Leste/Oeste da cidade de Londrina.

Conforme a justificativa da Mensagem Governamental a doação de que trata o plano de lei consulta aos superiores interes-

ses da Administração e da coletividade.

Sendo assim, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade do presente projeto, nada temos a opor à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável e pela aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1985

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

1ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N. 11/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º- A localização dos projetos agrícolas e industriais, destinados à produção de álcool no Estado do Paraná, nos municípios com área de solos derivados do arenito caiua, terão prioridade para aprovação.

Art. 2.º - O Poder Executivo, através de suas Secretarias de Estado, promoverá análise dos projetos agrícolas e industriais, de modo a subsidiar as decisões da Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), no que tange ao enquadramento destes, no Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL).

Parágrafo 1.º- Para efeito no disposto neste artigo o Poder Executivo, incumbirá:

I- À SEAG, a análise e avaliação do impacto dos projetos, objetos desta lei, sobre o meio rural

II- À SEIC, a análise da adequação dos projetos objetos desta lei, à Polícia Industrial do Estado.

III- À SEIN, a análise e avaliação dos efeitos, no meio ambiente, decorrentes da implantação ou ampliação dos projetos, de que trata esta lei.

Parágrafo 2.º- As Secretarias de Estado, referida neste artigo, articular-se-ão regulamentando a análise e tramitação apropriada dos projetos, a serem submetidos à CENAL.

Parágrafo 3.º- Aplica-se as normas desse artigo, em quaisquer outros projetos, destinados ao incentivo da produção do álcool, para outro consumo.

Art. 3.- A análise dos projetos trata-se nesta Lei, a cargo da SEAG, objetiva fundamentalmente evitar que a expansão ou

implantação de novos cultivos da cana-de-açúcar, produza as seguintes alterações no meio rural:

I- venha substituir bolsões de lavou-  
ras já existentes;

II- estenda-se sobre bolsões de pequena propriedade, induzindo à concentração fundiária;

III- ultrapasse os limites da região programa definido pelo zoneamento agrícola, nos termos do art. 1.º desta Lei;

IV- acarrete competição com outros programas federais e estaduais na utilização do solo quando se destinarem à produção de alimentos;

V- reduza de forma relevante a cobertura florestal da região ou proceda à sua extinção.

Parágrafo 1.º- Para os efeitos dos itens I e II deste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura tomará como base para o seu parecer final, os seguintes critérios:

- a) ocupação atual do solo;
- b) estrutura fundiária;
- c) categoria de produtores.

parágrafo 2.º- Para os fins previstos neste artigo, a Secretaria de Estado da Agricultura recomendará procedimentos que visem a manutenção dos bolsões de lavou-  
ras e da pequena propriedade, tais como:

- a) tecnologia de cultivo;
- b) rotação e/ou consorciação com culturas alimentares;
- c) práticas conservacionistas.

Art. 4.º- A Secretaria de Estado do Interior, considerará os seguintes critérios, na análise dos projetos a que se refere esta Lei, para evitar que alterações relevantes sejam produzidas no meio ambiente como:

- a) poluição dos mananciais e cursos d'água;
- b) poluição atmosférica;
- c) poluição pela inadequada destinação do vinhoto.

Art. 5.º- Fica vedado às instituições financeiras controladas pelo Estado do Paraná, conceder qualquer tipo de apoio, inclusive, financeiro, a projetos agrícolas ou industriais, destinados à produção de álcool que se localizem fora do zoneamento aprovado pelo art. 1.º ou não atendam a qualquer das diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 6.º- Fica assegurado às usinas de álcool em funcionamento, a oportunidade de expandirem a sua capacidade até o dobro daquela aprovada no projeto original, desde que os investimentos já realizados em máquinas, equipamentos e obras civis quando da implantação, sejam consideradas relevantes para a expansão pretendida.

Art. 7.º- Esta lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida alguma, o Estado do Paraná tem contribuído de forma fundamental para a produção de alimentos. Além disso, alternativas energéticas têm sido estimuladas, principalmente, aquelas que tem na terra sua viabilidade.

Dentre essas alternativas, a energia a partir da produção do álcool é uma das que tem se viabilizado.

Essa viabilização, no entanto, não pode e não deve ser às custas de ocupação de área produtora de alimentos para o mercado interno e muito menos às custas do meio-ambiente.

Diante disso, apresentamos este anteprojeto de lei que visa fundamentalmente racionalizar a expansão do álcool, protegendo áreas nobres para produção de alimentos e também nossos ecossistemas. Com isto, pretendemos viabilizar a produção de álcool em completa harmonia com nossas potencialidades naturais.

Em votação. Rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, antes que se atenda o requerimento do nobre Líder, nós requeremos chamada nominal e também estranhamos que a Mesa tenha colocado na Ordem do Dia projeto desta natureza, um projeto dos mais importantes, embora seja regime de urgência, mas sem nenhum parecer.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.  
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Retirado o pedido de chamada nominal, a Mesa irá proceder a verificação de votação, de acordo com a solicitação do Senhor Deputado Caíto Quintana.

(É procedida a verificação de votação)

15 Senhores Deputados rejeitam; 4 Senhores Deputados aprovam.

Não já "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Eu solicito de Vossa Excelência a chamada

nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.  
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito, por delegação do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que declina a Liderança da Frente Liberal, pede para declinar do pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não havendo "quorum" para votação, mas para prosseguimento da sessão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA CANTU", com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 38/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cantu, com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Ubiratã.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/04/85.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o nosso Estado uma potência agrícola no contexto nacional, e estando o Município de Nova Cantu perfeitamente enquadrado nesta realidade como uma municipalidade essencialmente agrícola, com uma população rural que ultrapassa de longe a população urbana, está de parabéns o Senhor Alcides Bazuco, bem como o Prefeito Municipal, Walmick Pereira, por esta feliz iniciativa.

Alcides Bazuco, na qualidade de Presidente daquele Sindicato, visa com a presente iniciativa, reconhecer o alto trabalho de cunho social que a entidade vem desenvolvendo, para melhor representar seus interesses junto às mais altas esferas administrativas e judiciárias, ou até na manutenção de serviços regulares exigidos para seus associados. Também, entre as diversas atividades do Sindicato, podemos aqui citar aquela de órgão técnico e consultivo do Estado, para o estudo e solução de problemas atinentes à categoria profissional que representa.



Diante do exposto, solicita o presente Sindicato para a compreensão dos nobres Pares, para que possa ser reconhecido de Utilidade Pública Estadual, tendo em vista o preenchimento dos requisitos legais da Lei n. 6.994, como comprova a documentação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 38/85

PARECER:

O Projeto de lei ora em exame, de autoria do nobre Deputado RUBENS BUENO, tem como objetivo declarar de utilidade pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Cantu, com sede no referido município e foro no Município de Ubiratã.

Ao analisá-lo verifica-se que a documentação anexa comprova o atendimento pleno ao que preceitua a Lei n. 6994/78 reguladora da matéria, bem como a justificativa que o acompanha convence plenamente do acerto da medida.

Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei n. 38/85.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19/06/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente,  
AMÉLIA HRUSCHKA - Relatora.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 44/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a CORIBEIRA "COMISSÃO PARANAENSE PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA ESTRADA DA RIBEIRA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N. 44/85  
À Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a CO- RIBEIRA, Comissão Paranaense para o Desenvolvimento da Região da Estrada da Ribeira, com sede e foro à Rua José Loureiro, n. 464, Curitiba - Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11/04/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A Nova República se fará verdadeiramente nova na medida em que a sociedade brasileira vier a se organizar progressivamente e gradativamente. Dentro deste prisma, iniciativas como as da Co-Ribeira - Comissão Paranaense Para o Desenvolvimento da Região da Estrada da Ribeira - Devem ser apoiadas e incentivadas.

Esta entidade comunitária, fundada por líderes comunitários, pequenos empresários de mineração e reflorestamento, micro comerciantes e industriais, líderes políti-

cos e agricultores da Região da Ribeira, adquiriu uma representatividade das mais legítimas, e, desde a sua existência tem-se imbuído dos melhores propósitos e objetivos.

Como passo inicial promoveu a integração sócio econômica da Região, e através desta medida, desencadeou um desenvolvimento notório naquele pedaço de terra paranaense. Integrados todos os municípios interligados viram melhor representados seus interesses perante os Poderes Públicos, entidades congêneres e a própria opinião pública.

No entanto, a crise sócio econômica e a política por que passa a Nação veio a entrar o processo de crescimento da Co-Ribeira - Uma Entidade sem fins lucrativos - fazendo com que ela viesse a enfrentar grandes problemas em sua luta pela própria sobrevivência.

O vale da Ribeira cujas jazidas de calcário chumbo e mármore representam um rico potencial mineral de nosso Estado, encontra-se em relativo abandono, e esta situação, vem provocando o êxodo constante de sua população rumo à Capital, contribuindo para o "inchaco" de Curitiba. Agropecuária e o turismo, sem a assistência e o incentivo necessários, não se desenvolveram, fazendo com que o Paraná se visse privado em dois aspectos que lhe seriam de suma importância e benefício.

Como agravante, a Estrada da Ribeira, com um fluxo de mais de mil veículos por dia, necessita de pavimentação e conservação adequada para que não ocorra o estrangulamento do progresso de toda a Região.

Por sua expressão política aliada à importância que se reveste junto à economia paranaense é justificável que a Co-Ribeira passe a ser de Utilidade Pública e venha a contribuir decisivamente para o progresso e o amadurecimento de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 44/85

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, declara o projeto de utilidade pública a CO-RIBEIRA "Comissão Paranaense para o Desenvolvimento da Região da Estrada da Ribeira", com sede nesta Capital.

A documentação que instrui o processado evidencia o cumprimento de todas as exigências estabelecidas pela Lei n. 6.994 de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Assim sendo, a iniciativa está constitucionalmente legítima e, sob o aspecto formal, atende as regras regimentais.

Face ao exposto, o Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18/06/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 51/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA IPIRANGA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

→ PROJETO DE LEI N. 51/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ipiranga, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/04/85.

△ (a) ROBERTO REQUIÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ipiranga, está devidamente registrada em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e devidamente registrada em Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas e 1.<sup>o</sup> Registro de Títulos e Documentos e serve de sintieressadamente à coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da Legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 51/85

PARECER:

O Projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Roberto Requião, pretende declarar de utilidade pública a "Associação dos Moradores e Amigos da Vila Ipiranga".

A matéria encontra-se de acordo com o exigido pela Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978.

Não existe portanto qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do regeirido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18/06/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do

Curitiba, terça, em 06.08.85

Departamento de trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7811, de 29/12/83, com alterações da Lei n. 8067, de 28/12/84, vigentes em 30/04/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. 38, de 13/05/85)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento das Senhoras Anita Gaertner, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Décio Dossi e seus filhos: Luciana Elisa, Décio Augusto, Fabrícia Maria, Maria Carolina e Márcio Henrique, ocorrido no dia 25 de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de mensagens contendo votos de pezares aos Senhores João Cioni Neto, ex-Deputado e ex-Prefeito do Município de Umuarama, bem como ao Senhor Lúcio Cioni, ex-Deputado Federal pelo trágico passamento da Senhora Alice Marcolino Cioni, ocorrido no dia 02 do corrente mês, na cidade de Miracatu-SP. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelos falecimentos das Senhoras Alice Marcolino Cioni e sua irmã Mafalda Marcolino Ravazzi, ocorridos no dia 02 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao ciclista Paulo Jamur pela conquista de duas medalhas de ouro e uma de prata no Campeonato Brasileiro de Ciclismo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a implantação do Curso Técnico de Contabilidade, no Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Deputados Federais e Senadores do PMDB, pelo Paraná, pleiteando junto à Diretoria da SUNAB e COTRIN, no sentido de agilizar o remanejamento dos segundo e terceiro escalões desses órgãos federais a

nível de Paraná. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Walber Guimarães e Renato Bernardi, Deputados Federais, no sentido de agilizar junto ao Senhor Ministro do Trabalho, para que seja instalada a segunda Junta de Conciliação e Julgamento, no Município de Maringá. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente do banco do Brasil S.A. objetivando que seja entregue à Prefeitura Municipal de Guaíra, o imóvel de sua propriedade, ocupado atualmente pelo Banco do Brasil. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, objetivando a liberação de recursos financeiros para a construção de um posto de saúde na localidade de Pensamento, no Município de Mamborê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a elaboração de um projeto de drenagem no Distrito Administrativo de Malu, no Município de Terra Boa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Rádio Difusora Colméia de Campo Mourão pela comemoração, ocorrida no último dia primeiro, dos seus 27 anos de fundação. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à FUDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para reformas gerais da Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, localizada em Herveira, no Município de Campina da Lagoa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico para a Delegacia de Polícia do Município de Mamborê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, reivindicando a construção e pavimentação de uma estrada

ligando o Distrito de Ubaúna ao Município de Iretama, passando pela sede do Município de São João do Ivaí e o Distrito de Godoy Moreira. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 24.º Aniversário de Emancipação Política do Município de Kalorê. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Senhor Erico Ricardo Marcon, ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal, por sua atuação em prol da eletrificação rural do Município de Cascavel. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Trabalho, com cópias para os Senhores Presidentes do Senado e da Câmara Federal, enfatizando a necessidade do reconhecimento da profissão de artesão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial para a Delegacia do Município de Florestópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura para a Delegacia de Polícia do Município de Iporã. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção do Quartel do 15.º BPM, no Município de Rolândia. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, pleiteando a sinalização (pórtico ou placa) na entrada do Município de Florestópolis. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, visando a pavimentação da estrada que liga Florestópolis a Bela Vista do Paraíso, num trecho de 18 Km. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Senhor Diretor-Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo empenho para construção de um tunel (trincheira) no cruzamento da rodovia que liga Cambé a Londrina, com o trecho que liga Londrina a Rolândia. Encerrada a discussão..

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COPEL, encarecendo estudos para incluir no programa especial, ligações de energia elétrica nas Igrejas e Capelas da Paróquia São Bom Jesus, do Município de Quitandinha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, apoiando as medidas saneadoras que tem adotado no Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café e EMBRATUR, com o objetivo de acabar com as mordomias e a corrupção. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, enviando

sugestão apresentada pelo Diretório do PMDB do Município de Amaporã, para a regulamentação da eleição para os diretores dos estabelecimentos de ensino do Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos participantes do IV Congresso de Engenharia de Pesca e apelo ao Senhor Ministro da Educação, visando a implantação do referido curso, no Município de Paranaguá. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 11/85, 38/85, 44/85, 51/85 e 72/85.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 49/85.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 203/84, 284/84, 304/84, 02/85, 10/85.

Levanta-se a sessão.